

Governo tenta destravar Desenrola e vai priorizar dívidas bancárias

DEVO, NÃO NEGO

RENEGOCIAÇÃO

Desenrola começa voltado para dívida bancária. 'Leilão de débitos' entre bancos fica para setembro

GERALDA DOCA

Após mais uma cobrança pública do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta semana, o Desenrola começará a sair do papel na próxima segunda-feira. Na primeira fase de implementação, o programa dará prioridade a dívidas bancárias, como as do cartão de crédito. Devedores com renda de até R\$ 20 mil poderão procurar as instituições financeiras para renegociar débitos. Em contrapartida, o governo vai oferecer um estímulo para adesão das instituições financeiras. E brasileiros com dívidas em atraso de até R\$ 100 com bancos terão o nome limpo.

Mas um dos pontos centrais do programa, que foi uma promessa de campanha de Lula, só vai funcionar a partir de setembro: a plataforma digital de renegociação voltada para a chamada faixa 1 dos devedores, brasileiros com renda de até dois salários mínimos e dívidas de até R\$ 5 mil. A renegociação de débitos da faixa 1 conta com R\$ 8 bilhões em garantias do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Ele funciona como uma proteção aos bancos caso o devedor não pague partes das parcelas. Além disso, o modelo pressupõe competição entre as instituições financeiras, que farão uma espécie de leilão para "ganhar" a dívida. O vencedor será quem oferecer condições mais vantajosas ao devedor.

Quando o programa foi anunciado, o governo afirmou que ele incluiria dívidas de concessionárias, como água, luz e esgoto, e varejistas, mas estes débitos ainda não poderão ser renegociados na primeira etapa.

Mas, com o início do programa na próxima semana, quem tem renda de até dois salários mínimos e dívida com bancos também pode renegociar diretamente com instituições, sem espe-



Flores. Rua comercial em Florianópolis: brasileiros que devem até R\$ 100 poderão limpar nome na próxima semana, mas plataforma digital só começa em setembro

rar pela plataforma digital. — Se a renegociação que o banco está oferecendo é boa, eu acordo e a pessoa que ganha até R\$ 2 mil faça agora. Se não, é trocar o certo pelo duvidoso. Isso não vai tirar o direito de participar da plataforma para outras dívidas que a pessoa tiver. A gente sabe que a média é de três dívidas negativas por CPF — disse o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto.

INCENTIVOS AOS BANCOS

Segundo o Ministério da Fazenda, o incentivo para os bancos, nessa primeira etapa de negociação direta, será conseguir melhorar seus balanços. Isso vai acelerar o processo de reconhecimento de créditos tributários dos bancos. Na prática, para cada R\$ 1 de dívida renegociada, o banco terá R\$ 1 a mais para novos empréstimos.

— Há R\$ 50 bilhões de créditos presumidos que serão utilizados para renegociação a partir de segunda. Todos os bancos demonstraram muito

interesse e esperam que essas renegociações sejam feitas muito rapidamente — disse o secretário.

Ele explica que o processo de reconhecimento de créditos tributários dos bancos pelo governo costuma ser um processo lento. Com o programa, será possível destravá-lo.

— Exemplo: o banco tem um crédito de PIS/Cofins que pode ser usado para compensar tributos federais. Mas a compensação só vai acontecer ao longo do ano na medida em que ele tiver lucro. Estamos antecipando: olha, pode reconhecer todo o crédito no balanço. A cada real que renegociar, reconhece um real no balanço — afirmou o secretário, explicando que a medida passou pela análise do Banco Central (BC). — Ao todo, os ban-

R\$ 50

bilhões em créditos tributários dos bancos. Cada R\$ 1 de dívida renegociada, o banco poderá reconhecer em balanço R\$ 1 de crédito tributário

cos vão ganhar R\$ 50 bilhões nos balanços para emprestar. O impacto fiscal, segundo o BC, é insignificante. Ao reconhecer crédito, o banco paga imposto também.

Em nota, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, informou que o desenho do Desenrola está em linha com as tratativas feitas nos últimos meses em conjunto pelo governo federal e a entidade. "Considero que o programa cumpre o papel essencial no momento delicado das finanças das famílias brasileiras, ao procurar reduzir dívidas da maior quantidade possível de pessoas", afirmou.

MÍNIMO DE 12 PARCELAS

A exigência do governo é que, na renegociação, o parcelamento seja de, no mínimo, 12 meses. A expectativa é que 30 milhões de pessoas sejam atendidas por esse formato.

Os brasileiros com dívidas em atraso de até R\$ 100 com os bancos terão o nome automaticamente limpo. Eles serão "desnegativados". — A gente já tem o com-

promisso dos maiores bancos do Brasil de "desnegativar" o nome de 1,5 milhão de pessoas na segunda-feira — disse o secretário.

Uma portaria com os detalhes da operação deverá ser publicada no Diário Oficial da União de hoje.

As regras do programa preveem que somente pessoas com dívidas em atraso até 31 de dezembro de 2022 poderão se beneficiar do programa. Além disso, alguns tipos de dívidas com garantias reais, como automóveis e imóveis, não poderão ser incluídas no programa.

Na prática, o programa abrange três públicos. Os devedores com débito de até R\$ 100, que poderão limpar o nome na próxima semana; o público-alvo, a faixa 1, com renda de até dois salários mínimos e débitos de até R\$ 5 mil e que serão o alvo da plataforma digital em setembro; e a faixa 2, que abrange brasileiros com renda de até R\$ 20 mil e dívidas bancárias, que poderão renegociar débitos a partir da próxima semana. A estimativa do governo é

que serão beneficiadas na segunda etapa 40 milhões de pessoas. O valor vai depender do volume de recursos do governo e do desconto a ser oferecido pelos credores. Considerando dívida média de R\$ 1.200, o valor renegociado pode alcançar R\$ 25 bilhões.

O universo de inadimplentes no país é de 70 milhões. A maior parte das dívidas é com cartão de crédito, com juros de até 450% ao ano. A plataforma de renegociação começará a ser alimentada com informações a partir da próxima semana. Para o usuário, só estará disponível em setembro.

IMPACTO NO CONSUMO

Para o economista Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), um programa como o Desenrola é importante para "abrir espaço no orçamento" das famílias com acesso ao crédito, especialmente nas de renda mais baixa. Ele lembra que o endividamento atual ainda é reflexo dos impactos da pandemia na economia. Pesquisa da CNC mostra que 80% das famílias estão endividadas, 30% têm dívidas em atraso e 20% dizem comprometer mais da metade da renda com débitos.

— O espaço no orçamento para consumo ficou muito apertado — afirmou. Mercês pondera que a renegociação de dívidas tem potencial de impulsionar o consumo junto com o processo de retomada da atividade econômica, mas ressalta que é importante incluir dívidas com prestadores de serviços públicos e varejo.

— Além das dívidas bancárias, o orçamento apertado tanto que as famílias passaram a se financiar com o atraso de contas essenciais, como água, luz etc. Então, é importante atacar as duas pontas (com o programa de renegociação). Evidentemente, o grande desafio é operacional. (Colabora Vinícius Nader)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 17